



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3/2023/CGPED/DEATI/SUPERINTENDENTE/SUSEP

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios, em regime de serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em dedicação exclusiva, sob demanda, para auxiliar na operacionalização do Programa de Estágio Curricular da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição/Especificação	UND	Valor Unitário Mensal Por Estagiário (R\$)
1	Serviços de Agente de Integração de Estágios	Serviço	R\$ 235,74
VALOR MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (LIMITE DE 20 ESTAGIÁRIOS)			R\$ 4.714,80
VALOR ANUAL MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 56.577,60

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Agente de Integração de Estágios.
- 1.3. A descrição do objeto e quantitativo estão discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, sob demanda.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência (ANEXO V).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência (ANEXO V).

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.4. Em que pese o valor estimado da contratação ser inferior ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame não será realizado com exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, em razão da contratação em apreço se enquadrar na exceção prevista no art. 49, inciso III, da Lei nº 123/2006, isto é, o tratamento exclusivo para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a SUSEP, uma vez que as empresas do setor, de maior expressão no mercado, não se enquadram no quesito de ME/EPP.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

5.1.2. **Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:**

5.1.2.1. O requisito fundamental para o atendimento da necessidade é ser Agente Integrador de Estágio.

5.1.2.2. Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação.

5.1.3. **Serviço continuado**

5.1.3.1. Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços continuados, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

5.1.4. **Duração inicial do contrato**

5.1.4.1. A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ter sua vigência prorrogada por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.5. **Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas**

5.1.5.1. Por tratar-se de serviço comum e amplamente contratado por diversos órgãos, não identificamos a necessidade de a CONTRATADA promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da CONTRATADA e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6.2. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em conformidade com a Instrução Normativa/SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

6.3. A CONTRATADA deverá adotar as medidas que forem cabíveis descritas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Não se aplica ao objeto licitatório.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A CONTRATADA executará os serviços em estrita conformidade com as disposições deste termo, observando obrigatoriamente os preceitos da Lei nº 11.788/08 e da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019 da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SED) do Ministério da Economia (ME).

8.1.1. O estágio será cumprido na cidade do Rio de Janeiro, em quaisquer das dependências da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

8.2. **Público Alvo do Programa de Estágio**

8.2.1. Estudantes regularmente matriculados e com frequência em cursos de ensino superior na modalidade Graduação, que frequentem cursos cujas áreas de formação estejam relacionadas diretamente com as atividades institucionais, programas, planos e projetos desenvolvidos pela SUSEP, nos termos da Lei nº 11.788/08 e da IN nº 213/2019 da SGP/SED/ME.

8.3. **Da Carga Horária e Duração do Estágio**

8.3.1. A carga horária do estágio será de 6 (seis) horas diárias, 5 (cinco) dias por semana, totalizando 30 (trinta) horas semanais, que serão distribuídas nos horários de funcionamento da SUSEP e compatíveis com o horário escolar dos estagiários, em observância ao disposto no artigo 12 da Instrução Normativa nº 213 de 2019.

8.3.2. A carga horária do estágio será reduzida a 2 (duas) horas diárias nos períodos em que a Instituição de Ensino realizar avaliações periódicas ou finais, podendo o supervisor do estágio dispensar o cumprimento da jornada para esta finalidade, de forma justificada.

8.3.3. O estágio terá duração de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis, conforme recomendação favorável do gestor da unidade de lotação do estagiário, até atingir o limite máximo de 720 (setecentos e vinte) dias, considerando-se como data limite o término desse prazo ou a data de conclusão do curso, prevalecendo o que vier a ocorrer primeiro. No caso de pessoas com deficiência, o estágio poderá ser prorrogado até a data de conclusão do curso, independentemente do limite de 720 (setecentos e vinte) dias.

8.3.4. O estudante deverá estar matriculado e manter a frequência regular no curso.

8.3.5. O estágio, e assim expressa a lei, não gerará qualquer vínculo empregatício do estagiário com o Agente de Integração ou a SUSEP.

8.3.6. A critério da CONTRATANTE, o estágio poderá ser realizado na modalidade a distância total ou parcial, observando, minimamente, as regras do Programa de Gestão da SUSEP e a legislação vigente.

8.4. **Bolsa-Estágio e Auxílio Transporte**

8.4.1. A bolsa-estágio será fixada no valor de R\$ 1.125,69 (um mil cento e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos), de acordo com a IN 213/2019.

8.4.2. O valor da diária do auxílio transporte corresponderá ao valor de R\$ 10,00 (dez reais).

8.4.3. Os pagamentos da bolsa-estágio e do auxílio transporte serão realizados diretamente pela SUSEP, por meio do Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEP).

8.4.4. Os valores da bolsa-estágio e do auxílio transporte poderão ser reajustados, de acordo com regulamentação do Ministério da Economia.

8.5. **Do Quantitativo de Vagas**

8.5.1. A previsão da demanda durante o período contratual corresponde a um quantitativo total máximo de 20 (vinte) vagas, **ficando a SUSEP obrigada a realizar tão somente o pagamento mensal do total das vagas efetivamente utilizadas.**

8.5.2. Do quantitativo de vagas oferecidas, deverá ser destinado o percentual de 30% a estudantes negros, de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 9.427 de 28 de junho de 2018, e de 10% a portadores de deficiência, nos termos do artigo nº 16 § 5º da lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, desde que as atividades de estágio sejam compatíveis com a deficiência.

8.6. **Seleção de Estagiários**

8.6.1. Para cada vaga aberta, a SUSEP enviará ao Agente de Integração o perfil comportamental e de competências técnicas desejado do candidato, a definição da jornada de atividade em estágio e a descrição das atividades a serem desenvolvidas.

8.6.2. De acordo com o perfil desejado, o Agente de Integração fará o recrutamento e a seleção dos candidatos para encaminhamento à SUSEP, de, no mínimo: 3 (três) candidatos por vaga, no caso de vagas de ampla concorrência, 2 (dois) candidatos por vaga, no caso de vagas a serem preenchidas por estudantes negros, e 1 (um) candidato por vaga, no caso de vagas para preenchimento exclusivo por Pessoas com Deficiência (PCD).

8.6.3. No momento do recrutamento, o estudante deverá apresentar:

- Declaração oficial original emitida pela Instituição de Ensino, que ateste que o estudante está regularmente matriculado em curso superior em nível de Graduação.

8.6.4. Em relação ao documento previsto no item 8.6.3, somente serão aceitos originais oficiais ou, no caso de ser emitido pela Internet, será necessária a assinatura digital de representante da Instituição de Ensino ou código de autenticação eletrônica.

8.6.5. A seleção a ser feita pelo Agente de Integração consistirá de análise curricular e entrevista, podendo incluir, ainda: redação, aplicação de instrumentos específicos para análise de competências comportamentais prioritárias para a SUSEP e prova de conhecimentos específicos por solicitação da Unidade demandante da CONTRATANTE, que se responsabilizará por sua elaboração e correção.

8.6.6. Os candidatos selecionados pelo Agente de Integração deverão ser entrevistados pela unidade demandante para a escolha do estagiário a ser contratado.

8.6.7. A unidade demandante deverá entrevistar, no mínimo, 2 (dois) candidatos, quando houver 2 (dois) ou mais candidatos aptos para a fase da entrevista, devendo, após a realização desta, indicar em formulário específico o candidato selecionado, bem como a avaliação dos demais estudantes e a justificativa de não convidar para entrevista algum dos candidatos.

8.7. **Formalização do Estágio**

8.7.1. O estágio será formalizado através do documento Termo de Compromisso de Estágio ("TCE") celebrado entre a SUSEP, o estagiário e a Instituição de Ensino, devendo o Agente de Integração acompanhar a sua formalização e execução, observada a legislação em vigor e o normativo interno vigente referente à concessão de estágio.

8.7.2. Quaisquer alterações nas condições acordadas nos instrumentos formalizadores do estágio deverão ser objeto de aditamento aos respectivos atos.

8.7.3. O estagiário fica impedido de iniciar suas atividades sem que seja apresentado o TCE assinado por todas as partes.

8.8. **Prorrogação do Estágio**

8.8.1. O prazo do estágio estabelecido no TCE poderá ser prorrogado, observado o limite máximo de 720 (setecentos e vinte) dias, desde que haja recomendação favorável em avaliação semestral do gestor da unidade fundamental em que o estagiário estiver lotado.

8.8.2. O estagiário fica impedido de exercer suas atividades sem que seja apresentado à Área de Gestão de Pessoas da SUSEP o TA assinado por todas as partes.

8.9. **Rescisão do Estágio**

8.9.1. O TCE será rescindido nos seguintes casos:

- a) A qualquer tempo, sem necessidade de aviso prévio, por iniciativa da SUSEP;
 - a.1. Quando da conclusão, abandono de curso ou trancamento de matrícula;
 - a.2. Por descumprimento, pelo estagiário, das condições estabelecidas no TCE, bem como nos normativos internos da SUSEP;
 - a.3. Por interesse e conveniência da SUSEP.
- b) A qualquer tempo, sem necessidade de aviso prévio, por iniciativa do estagiário; e
- c) Automaticamente, ao prazo do término da vigência.

8.10. **Compete ao Agente de Integração:**

8.10.1. Divulgar o Programa de Estágio da SUSEP continuamente e oportunidades de estágio indicadas pela SUSEP para divulgação específica em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação da SUSEP, em site próprio na internet, redes sociais, e demais meios de comunicação eficazes, além das próprias instituições de ensino superior, especialmente em cumprimento ao disposto no art. 17, §5º, da Lei nº 11.788/08.

8.10.2. Manter banco de dados específicos de candidatos da SUSEP;

8.10.3. Recrutar e selecionar os candidatos, observando os procedimentos a seguir:

8.10.3.1. Realizar a seleção de candidatos para cada oportunidade ofertada com base nos pré-requisitos elencados no formulário de solicitação de vaga, na localidade e no horário do estágio oferecido;

8.10.3.2. Realizar continuamente captação, através de busca ativa, de candidatos para preenchimento de vagas reservadas para Pessoas Com Deficiência (PCD);

8.10.3.3. A seleção de candidatos realizada pela CONTRATADA deverá consistir, no mínimo, de análise curricular e entrevista, podendo incluir ainda: redação, aplicação de instrumentos específicos para análise de competências comportamentais prioritárias para a SUSEP e prova de conhecimentos específicos por solicitação da Unidade demandante da CONTRATANTE, que se responsabilizará por sua elaboração e correção. Os parâmetros de seleção poderão ser redefinidos a qualquer tempo pelo SUSEP;

8.10.3.4. Encaminhar a documentação dos candidatos aptos na pré-seleção realizada, em número mínimo de: 3 (três) para cada oportunidade de vaga aberta para ampla concorrência, 2 (dois) para cada oportunidade de vaga aberta, no caso de vagas a serem preenchidas por estudantes negros, e 1 (um) para cada vaga de preenchimento inclusivo por PCD, conforme perfil definido pela SUSEP, observado o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação das vagas;

- I - Nos casos de seleção simultânea para mais de 1(uma) vaga com o mesmo perfil para a mesma unidade demandante, a quantidade de candidatos e o prazo para encaminhamento poderão ser redefinidos em comum acordo entre a CONTRATADA e a SUSEP de acordo com a disponibilidade de mercado;

8.10.3.5. Providenciar que os candidatos encaminhados para cada oportunidade de vaga sejam provenientes de Instituições de Ensino diversas, com diversidade de gênero e raça, reforçando o compromisso da SUSEP com a promoção da equidade e diversidade no ambiente de trabalho;

8.10.3.6. Informar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o resultado a todos os candidatos não selecionados que participaram da etapa de entrevista realizada na SUSEP;

8.10.3.7. Encaminhar, em até 24 (vinte e quatro) horas, a documentação original do candidato selecionado, a partir da informação expressa da SUSEP quanto ao resultado da seleção;

8.10.3.8. Garantir que o horário de estágio constante nos TCEs e nos TAs seja compatível com o horário escolar do estagiário;

8.10.4. Elaborar e administrar os TCEs e TAs, emitidos em 4 (quatro) vias, nos quais deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Identificação do estagiário, da Instituição de Ensino e da SUSEP;
- b) Menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício;
- c) Valor da Bolsa-Estágio e do Auxílio-Transporte;
- d) Período de vigência do Termo;
- e) Horário de realização do estágio;
- f) Atividades que deverão ser desempenhadas pelo estagiário;
- g) Local para as assinaturas do estagiário, da Instituição de Ensino, do Agente de Integração e da SUSEP;
- h) O período de concessão de recesso, conforme definido pela SUSEP;
- i) Condições de desligamento do estágio;
- j) Indicação do Supervisor de Estágio, designado pela CONTRATANTE, servidor de seu Quadro de Pessoal, a quem caberá avaliar o desempenho do estudante;
- k) Indicação do número da apólice de seguro contra acidentes pessoais.

- 8.10.5. Promover os aditamentos necessários nos instrumentos formalizadores do estágio quando ocorrerem alterações nas condições acordadas, a partir de informação expressa da SUSEP;
- 8.10.6. Acompanhar rigorosamente os períodos de vigência dos Termos emitidos, informando à SUSEP com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência, a relação dos estagiários cujo período de estágio encontra-se próximo ao término de vigência, considerando o prazo máximo de permanência de 720 (setecentos e vinte) dias no Programa de Estágio. No caso de PCD, não é necessária a observação ao prazo máximo de permanência;
- 8.10.7. Encaminhar à SUSEP os TAs dos estagiários considerados aptos à prorrogação com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, observado o prazo máximo de permanência no Programa de Estágio. No caso de PCD, não é necessária a observação ao prazo máximo de permanência;
- 8.10.8. Assim que tomar ciência, informar imediatamente à SUSEP sobre os casos de trancamento de matrícula, reprovação, abandono, conclusão de curso de estagiário ou qualquer outro caso que possa ser avaliado como impeditivo para a continuidade do estágio, conforme legislação e normativo interno vigente;
- 8.10.9. Providenciar a confecção dos TCEs e TAs em até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação da SUSEP;
- 8.10.10. Possuir estrutura para operacionalizar o Programa de Estágio de forma remota, com plataforma online e atendimento à distância;
- 8.10.11. Providenciar a confecção dos TCEs e TAs em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação da SUSEP; e no item 8.10. poderão ser prorrogados excepcionalmente mediante solicitação à SUSEP.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1.375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2.146/2011, Segunda Câmara);
- 9.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3.083/2010 – Plenário);
- 9.3. Efetuar o pagamento referente à taxa pela administração do Programa de Estágio à CONTRATADA, observadas as condições de preço e prazo estabelecidas neste termo de referência.
- 9.3.1. O valor mensal a ser pago à CONTRATADA corresponderá ao número efetivo de estagiários com Termos de Compromisso vigentes, multiplicado pelo valor da taxa de administração estabelecida no processo licitatório.
- 9.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 9.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 9.5.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.5.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
- 9.5.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 9.5.4. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.8. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

- 9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 9.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 9.13. Informar à CONTRATADA sobre a abertura de vaga de estágio e o perfil comportamental/competências técnicas exigidos para cada vaga aberta;
- 9.14. Receber os estudantes encaminhados pela agente de integração e providenciar as entrevistas com suas respectivas vagas;
- 9.15. Encaminhar à CONTRATADA os estudantes selecionados, com informações sobre horário, duração, valor da bolsa de estágio e valor do auxílio transporte;
- 9.16. Receber os estudantes encaminhados aprovados em processo seletivo, informando-os sobre as condições de realização do estágio;
- 9.17. Emitir crachá de identificação do estagiário, para acesso às dependências da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
- 9.18. Assinar os TCEs e TAs com as Instituições de Ensino, o Agente de Integração e os estagiários;
- 9.19. Não permitir que o estagiário inicie suas atividades antes da apresentação do Termo de Estágio com todas as assinaturas das partes envolvidas no processo;
- 9.20. Acompanhar, supervisionar e avaliar os estagiários;
- 9.21. Indicar empregado de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- 9.22. Possibilitar à CONTRATADA o acesso à documentação correspondente dos estagiários, que esteja em seu poder;
- 9.23. Manter documentos que comprovem a relação de estágio à disposição da fiscalização;
- 9.24. Prestar à equipe da CONTRATADA todas as informações e os esclarecimentos relacionados aos objetos constantes neste Termo de Referência, bem como fornecer os documentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA necessários para a execução dos serviços;
- 9.25. Conceder aos estagiários bolsa estágio, auxílio-transporte e recesso, nos termos da Lei nº 11.788/2008 e da Instrução Normativa nº 231/2019 da SGP/SDE/ME;
- 9.26. Reduzir a jornada de estágio nos períodos de avaliação, previamente comprovados pelo estagiário, em conformidade com o artigo 10, § 2º da Lei 11.788;
- 9.27. Efetuar o pagamento da bolsa estágio e do auxílio transporte, por intermédio do Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE);
- 9.28. Fiscalizar a manutenção, pelo Agente de Integração, da apólice de seguro em favor do estagiário, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio;
- 9.29. Comunicar à CONTRATADA as rescisões antecipadas de TCE;
- 9.30. Entregar Termo de Realização do Estágio, por ocasião do desligamento do estagiário, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Operacionalizar o Programa de Estágio da SUSEP, em obediência às determinações contidas na legislação vigente e possíveis alterações;
- 10.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.3. Manter sistemas informatizados adequados ao processo de seleção, com banco de dados eletrônico dos estudantes, exclusivo para a SUSEP;
- 10.4. Celebrar contratos/convênios com as instituições de ensino público e privado mantendo as condições e requisitos exigidos pela legislação em vigor;
- 10.5. Contratar seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, fornecendo certificado de contratação individual e informando sobre a finalidade e funcionamento do seguro;
- 10.5.1. A cobertura do seguro deverá abranger acidentes pessoais ocorridos com o estudante durante o período de vigência do termo de compromisso, 24 (vinte e quatro) horas por dia, no território nacional, e cobrir morte ou invalidez permanente, total ou parcial, de indenização de, no mínimo, R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

- 10.6. Informar ao candidato as condições do estágio, o valor da bolsa estágio e a forma de pagamento, os direitos e os deveres, o local de estágio e o nome do supervisor;
- 10.7. Orientar o estagiário sobre o processo de abertura de conta corrente, quando necessário;
- 10.8. Informar aos estudantes os documentos e providências necessários para efetivação do Termo de Compromisso de estágio, sobre as regras a serem observadas durante o estágio e sobre a finalidade e funcionamento do Seguro Contra Acidentes Pessoais;
- 10.9. Preparar toda a documentação legal referente ao estagiário;
- 10.10. Emitir declarações e certificados de estágio para os estudantes, em até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação;
- 10.11. Promover, por solicitação da CONTRATANTE, capacitação dos estagiários e supervisores, oferecendo palestras e seminários, a serem acertados previamente com os representantes da SUSEP;
- 10.12. Acompanhar, junto às Instituições de Ensino, o cumprimento das determinações contidas nos TCEs e TAs;
- 10.13. Enviar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- 10.14. Solicitar a cada 6 (seis) meses a todos os estagiários a declaração de matrícula para fins de confirmação de vínculo com a Instituição de Ensino;
- 10.15. Informar à SUSEP quando da suspensão e/ou trancamento de matrícula, transferência e abandono do curso pelo estagiário;
- 10.16. Informar à SUSEP, imediatamente, sobre qualquer alteração na situação acadêmica do estudante, que tenha impacto na realização do estágio;
- 10.17. Receber do supervisor de estágio as avaliações de desempenho do estagiário e os relatórios do estágio;
- 10.18. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.19. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.20. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.22. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 10.23. Indicar um Preposto para representá-la na execução do CONTRATO, comprovando, quando solicitado pela SUSEP, o vínculo jurídico entre o Preposto e a CONTRATADA;
- 10.24. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 10.25. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.26. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 10.27. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 10.28. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.29. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 10.30. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.31. Manter cadastro de estudantes com deficiências passíveis de enquadramento na reserva de vagas prevista na legislação ;
- 10.32. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.33. Prestar, por escrito, eventuais esclarecimentos sobre o serviço prestado que forem solicitados pela Alta Administração da SUSEP, dentro dos prazos por ela estabelecidos, e, quando convocada, comparecer às reuniões com essa finalidade;

- 10.34. Substituir, sempre que exigido pela SUSEP qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e insatisfatórios;
- 10.35. Atender prontamente a quaisquer solicitações da SUSEP, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações do Gestor/Fiscal do Contrato ou seu(s) substituto(s), inclusive quanto ao cumprimento das normas internas;
- 10.36. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 10.37. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 10.38. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.39. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.39.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e
- 10.39.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 10.40. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 10.41. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 13.2. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.
- 13.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão realizadas por escrito, através de **e-mail**.
- 13.4. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 13.5. A CONTRATADA não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 13.6. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, no início da prestação do serviço, carta de indicação do preposto, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do ANEXO III, no início da prestação do serviço, informando os seguintes dados: nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato, para que sejam realizados os procedimentos de registro do prestador de serviços no novo Sistema Comprasnet Contratos.
- 13.7. Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários, responsáveis pela prestação dos serviços junto à SUSEP, para o desempenho de tal função.
- 13.8. Sempre que houver, por qualquer motivo, mudança de preposto, a CONTRATADA fica obrigada a informar à CONTRATANTE, observadas as mesmas formalidades exigidas quando da primeira apresentação do preposto.
- 13.9. O preposto será responsável pela orientação, coordenação e acompanhamento dos serviços contratados, bem como pela resolução de quaisquer questões relativas ao contrato - o qual deverá comparecer às dependências da SUSEP sempre que

solicitado, a fim de se inteirar das dificuldades encontradas no cumprimento do contrato, objetivando a perfeita execução dos serviços.

13.10. O preposto deverá ser instruído pela CONTRATADA quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e, devendo ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

13.11. O preposto é de responsabilidade da CONTRATADA, a sua função é a de intermediação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE. Suas tarefas deverão ser executadas com eficiência, em tempo hábil, sendo de responsabilidade da CONTRATADA sua localização.

13.12. São atribuições do preposto, dentre outras:

- a) Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- b) Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pela CONTRATADA;
- c) Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas da CONTRATADA;
- d) Encaminhar à Fiscalização do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados;
- e) Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, sempre que solicitado; e
- f) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da CONTRATADA, respondendo perante a SUSEP por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

13.13. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.14. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.15. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.16. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.17. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

13.18. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.19. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.20. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.21. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.22. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- 13.22.1. Receber os estagiários;
- 13.22.2. Apresentar as atividades e supervisores;
- 13.22.3. Supervisionar as atividades;
- 13.22.4. Avaliar a prestação de serviços.

13.23. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.24. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo IV deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

14.2.1. O IMR contemplará 01 (um) indicador e as respectivas metas a cumprir, que serão acompanhadas pela fiscalização do contrato;

14.2.2. O resultado da avaliação mensal do indicador será entregue ao preposto até o 5º dia útil do mês subsequente ao período avaliado, para que a CONTRATADA possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.

14.2.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

14.2.3.1. Não produziu os resultados acordados;

14.2.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

14.2.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

15.1.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

15.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

15.3.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.6. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.8.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- 15.8.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 15.8.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 15.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 15.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 16.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.4.1. O prazo de validade;
- 16.4.2. A data da emissão;
- 16.4.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- 16.4.4. O período de prestação dos serviços;
- 16.4.5. O valor a pagar; e
- 16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 16.6. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 16.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 16.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
- 16.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

16.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------------------	--

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA, os preços iniciais poderão sofrer reajuste, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação; e

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

18.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666 de 1993.

- 18.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 18.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 18.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 18.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- 18.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 18.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 18.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
- 18.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 18.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 18.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.10. Será considerada extinta a garantia:
- 18.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 18.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 18.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 18.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital e no Contrato.
- 18.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 18.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) Fraudar na execução do contrato;
 - d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) Cometer fraude fiscal.
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

(6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

19.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

19.4. As sanções previstas nos subitens "I", "III", "IV" e "V" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso	4

	fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	
03	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
05	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
07	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
08	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
09	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

19.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.8.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da contratação ou com o item pertinente, por período não inferior a 3 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

20.3.1.1. Considerar-se-á compatível com o objeto da contratação a prestação de serviço de Agente de Integração de Estágio que demonstre que os serviços foram ou estão sendo prestados e alcançam, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade exigida.

20.3.1.2. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

20.3.1.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

20.3.1.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

20.3.1.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.3.1.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.5. Valor global: **R\$ 56.577,60** (cinquenta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e sessenta centavos)

20.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20.8. As propostas deverão ser apresentadas em conformidade com o modelo em anexo a este Termo de Referência.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será **R\$ 56.577,60** (cinquenta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), conforme demonstrado abaixo:

Tipo de Serviço	Valor Mensal
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS	R\$ 4.714,80
VALOR GLOBAL MÁXIMO DOS SERVIÇOS (MENSAL X 12 MESES)	R\$ 56.577,60

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

PTRES: 171910

Programa de Trabalho: 04122003220000001

Fonte de Recursos: 1050000294

Plano Interno: SUSEGSD2000

Anexos:

I - Modelo de Proposta;

II - Obrigação excluída em função do teor do item 9.2.2, inserto no Acórdão nº 1176/2021 - TCU - 1ª Câmara: *"9.2.2. a exigência de que a empresa licitante utilize instalação própria ou localizada em uma cidade específica, **salvo quando devidamente justificada a influência que possa ter esse fato na qualidade dos serviços a serem prestados**, fere o princípio da isonomia e restringe o caráter competitivo da licitação, em ofensa ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93"* (Grifo nosso);

III - Carta de Preposto;

IV - Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

V - Estudo Técnico Preliminar.



Documento assinado eletronicamente por **FÁTIMA NEVES NUNES DE MELLO (MATRÍCULA 3261861)**, Técnico Bancário - CEF, em exercício na SUSEP, em 15/03/2023, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



Documento assinado eletronicamente por **DOMICIO TINOCO PINTO NETO (MATRÍCULA 1733801)**, Coordenador-Geral, em 15/03/2023, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1600629** e o código CRC **8434B619**.